

**CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO
SUPERIOR**

**Comissão de Avaliação Externa dos cursos de Ciência Política e Relações
Internacionais**

RELATÓRIO-SÍNTESE GLOBAL

Julho de 2004

2º Ciclo – Ano 4

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DOS CURSOS DE CIÊNCIA POLÍTICA
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO:

Presidente:

Professor Doutor José Esteves Pereira

Vice-Presidentes:

Prof. Doutor Óscar Soares Barata
Almirante António Emílio Ferraz Sacchetti

Vogais :

Prof. Doutor Narana Sinai Coissoró
Prof. Doutor Adelino Torres Guimarães
Prof^a. Doutora Raquel Soeiro de Brito
Embaixador Leonardo Mathias
Embaixador Fernando Reino
Prof. Doutor Rafael Calduch Cervera
Prof. Doutor Paulo Motta
Prof. Doutor Vamireh Chacon

Assessor:

Prof. Doutor José Manuel Moreira

Secretária:

Dra. Andrea Valente

ÍNDICE

	Pág.
1. Introdução.....	4
2. Composição das Subcomissões e Cursos Avaliados.....	7
3. Metodologia.....	8
4. Estrutura dos Cursos e Programas de Ensino.....	10
5. Cursos anteriormente avaliados.....	14
6. Processo de Bolonha.....	14
7. Sucesso na Aprendizagem.....	15
8. Meios Humanos: Docentes e não Docentes.....	15
9. Infra-Estruturas.....	16
10. Gestão de Qualidade.....	17
11. Investigação e Ensino.....	17
12. Relações Externas e Internacionalização.....	17
13. Estágio.....	18
14. Empregabilidade.....	19
Classificações finais.....	20

1. Introdução

Importa afirmar, antes de mais, que a presente avaliação dos Cursos de Ciência Política e Relações Internacionais se revestiu de acentuada complexidade.

Os principais problemas residiram na avaliação conjunta, pela primeira vez, dos Cursos do ensino público e privado, não tendo sido possível estabelecer, por exemplo, uma avaliação comparativa dos recursos financeiros. As próprias condições distintas de funcionamento colocaram à partida problemas de organização do processo de avaliação externa.

Um outro aspecto a merecer maior justificação no presente relatório de síntese é o da introdução de classificações de Excelente a Insuficiente a atribuir aos Cursos tendo em conta os catorze campos de apreciação aplicáveis:

1. *Organização Institucional*
2. *Objectivos do Curso*
3. *Plano de Estudos*
4. *Conteúdos Programáticos*
5. *Alunos (procura, sucesso escolar)*
6. *Processo Pedagógico*
7. *Corpo Docente*
8. *Pessoal não Docente*
9. *Instalações e Equipamentos*
10. *Recursos Financeiros*
11. *Relações Externas e Internacionalização*
12. *Ambiente Académico (Apoio social)*
13. *Gestão da Qualidade*
14. *Empregabilidade*

Os níveis de classificação a atribuir a cada Curso, por cada um dos campos de avaliação referidos, foram estabelecidos nos seguintes termos:

- A- *Excelente*
- B- *Muito Bom* – Sem problemas estruturantes detectados, com eventuais pequenos problemas de importância secundária para a organização e funcionamento
- C- *Bom* – Pode haver pequenos problemas de alguma relevância para a organização e funcionamento do Curso, mas resolúveis ao nível do Departamento ou da Coordenação do Curso
- D- *Suficiente* – Problemas estruturantes detectados que implicam intervenção institucional de nível mais elevado, mas onde se encontra dinâmica positiva que admite a sua ultrapassagem a curto prazo.
- E- *Insuficiente* – Graves deficiências, algumas de natureza estrutural, com reduzidas perspectivas de recuperação imediata

Não obstante o cuidado com que se precedeu à harmonização de critérios das três subcomissões, importará sempre ter em conta, para a correcta avaliação do *rating* resultante, o teor das considerações expressas nos relatórios dos respectivos Cursos. Só da conjugação da leitura do que as subcomissões expõem nos relatórios de cada um dos Cursos e da expressão das classificações se poderá avaliar a qualidade global.

Em plenário da Comissão de Avaliação Externa concluímos, também, que importará considerar a actual introdução de classificações como uma primeira tentativa, aproximativa, de apreciação, mais quantificável e comparável, que substitui a anterior opção de caracterizar os Cursos mediante pontos fortes e pontos fracos. Mas, urge, para o efeito, estabelecer desde já, critérios melhorados de *benchmarking* e contar com estruturas de apoio permanente que tratem os dados disponibilizados.

Para a uma melhor legibilidade da relação relatório/classificação parece ainda a esta Comissão de Avaliação Externa (CAE/CP/RI) que se deveriam escolher como parâmetros de maior importância comparativa os que concernem ao *plano de estudos*, aos *conteúdos*, ao *corpo docente* e à *gestão da qualidade*, sem prejuízo obviamente dos outros itens classificativos.

Assumem também importância relevante, em termos de avaliação geral, os reflexos do movimento demográfico e de escolha de Curso que afectam de modo diferente o ensino público e o privado, com assinalável falta de procura relativamente a este último. Mas importa sublinhar, a este respeito, que também no ensino público o número de candidaturas tem diminuído não obstante a situação confortável na maioria dos casos, quer no que respeita às vagas, automaticamente preenchidas, quer nas notas de acesso, globalmente elevadas.

Nestas considerações introdutórias queríamos deixar expressa a colaboração das instituições e das comissões de auto-avaliação no decurso do processo. É um aspecto que nos apraz registar muito positivamente devendo salientar-se neste ciclo a disponibilidade das universidades privadas para o sucesso da auto-avaliação empreendida que se pôde manifestar expressamente em vários dos documentos que nos foram remetidos no período de resposta contraditória.

Porventura, se imporia um outro tipo de visita institucional comprovativa e esclarecedora dos relatórios de auto-avaliação entregues pelas comissões responsáveis por essa acção. Julgamos que, no entanto, numa apreciação geral foi possível avaliar objectivamente, tendo em conta nomeadamente, algumas reclamações que nos foram dirigidas. O processo de avaliação externa não tem, importa sempre dizê-lo, um carácter inspectivo. O seu principal objectivo é induzir a auto-avaliação contínua e é nesse sentido dinâmico que devem ser entendidos os resultados apresentados.

Ao longo deste relatório de síntese procuraremos não especificar instituições para além dos quadros explicativos do processo de avaliação por parte das comissões. A avaliação individualizada, as apreciações e recomendações constam dos respectivos Relatórios. Justificar-se-á, todavia, nalguns casos atender a situações especiais. Desde já, como se poderá comprovar nos relatórios, decidimos não atribuir classificações às Universidades Fernando Pessoa, Moderna e Internacional por não termos elementos suficientes para uma avaliação objectiva. No caso da última instituição, o Curso de Relações Internacionais, não obstante a elaboração de um relatório de Auto-Avaliação encontrava-se, de facto, desactivado no momento da visita.

Em geral, o grau de satisfação dos alunos relativamente aos cursos é elevado, sendo uma nota muito característica desta comunidade discente o relacionamento inter-universitário através de grupos de estudos, muito dinâmicos, de que nos dão conta muitos dos relatórios e que integram, praticamente, a totalidade dos licenciandos.

O tipo de realizações efectuadas por estes grupos, centros e núcleos permitem-lhes contactar muito cedo com personalidades do mundo político, cultural, empresarial e dos media, constituindo uma mais valia que deve ser bem aproveitada e devidamente apoiada como factor potenciador de inserção na vida activa.

2.Composição das subcomissões e Cursos avaliados

UNIVERSIDADE	CURSO	COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO
Lusíada (Porto)	R.I.	-V. Almirante António Ferraz Sacchetti; -Prof. Doutor Narana Coissoró; -Prof ^a . Doutora Raquel Soeiro de Brito; -Professor Vamireh Chacon; -Prof. Doutor José Manuel Moreira; -Dr. ^a Andrea Valente
Lusíada	C.P	-Prof. José Esteves Pereira; -Prof ^a . Raquel Soeiro de Brito; -Prof. Rafael Calduch Cervera; -Prof. Paulo Motta -Dr. ^a Andrea Valente
Lusíada	R.I.	-Prof. José Esteves Pereira; -Prof ^a . Raquel Soeiro de Brito; -Prof. Rafael Calduch Cervera; -Dr. Luís Carolino
ISCSP	RI	-Prof. José Esteves Pereira; -Prof ^a . Raquel Soeiro de Brito; -Prof. Rafael Calduch Cervera; -Prof. Vamireh Chacon; -Prof. José Manuel Moreira; -Dr. ^a Andrea Valente
ISCSP	C.P.	-Prof. José Esteves Pereira; -Prof ^a . Raquel Soeiro de Brito; -Prof. Rafael Calduch Cervera; -Prof. Vamireh Chacon; -Prof. José Manuel Moreira; -Dr. ^a Andrea Valente
Independente	R.I.	-Prof. Óscar Soares Barata; -Embaixador Leonardo Mathias; -Prof. Adelino Torres Guimarães; -Prof. Paulo Motta; -Dr ^a Andrea Valente
Internacional	C.P.	-Prof. José Esteves Pereira; -Prof. Doutor Adelino Torres Guimarães; -Prof. Paulo Motta; -Dr. ^a Andrea Valente
Minho	R.I.	-Prof. José Esteves Pereira; -Prof ^a . Raquel Soeiro de Brito; -Prof. Vamireh Chacon; -Prof. Calduch Cervera; -Prof. José Manuel Moreira

		-Dr. ^a Andrea Valente
Nova	C.P.e R.I.	-Almirante António Ferraz Sacchetti; -Prof. Doutor Narana Coissoró; -Embaixador Fernando Reino; -Professor Doutor Paulo Roberto Motta; -Prof. Doutor José Manuel Moreira; -Dr. ^a Andrea Valente
Moderna	E.E.	-Almirante António Ferraz Sacchetti; -Professor Doutor Narana Coissoró; -Embaixador Fernando Reino -Professor Doutor Paulo Motta; -Professor Doutor José Manuel Moreira; -Dr. ^a Andrea Valente
Coimbra	RI	-Prof. Adelino Torres Guimarães; -Embaixador Leonardo Mathias; -Prof. Vamireh Chacon; -Dra. Andrea Valente
Autónoma	RI	-Prof. Doutor Óscar Soares Barata; -Prof. Adelino Torres Guimarães; -Embaixador Leonardo Mathias; -Prof. Rafael Calduch Cervera; -Dra. Andrea Valente
Fernando Pessoa	RI	-Almirante António Ferraz Sacchetti; -Prof. Doutor Narana Coissoró; -Prof. Doutor Vamireh Chacon; -Prof. Doutor José Manuel Moreira; -Dra. Andrea Valente
Lusófona	CP	-Prof. Óscar Soares Barata; -Prof. Adelino Torres Guimarães; -Embaixador Leonardo Mathias; -Prof. Paulo Motta; -Dra. Andrea Valente

3. Metodologia

O processo avaliativo dos Cursos de Ciência Política, Relações Internacionais e Ciência Política/Relações Internacionais iniciou-se com o estabelecimento das subcomissões e atribuição das respectivas presidências, através de reuniões formais. Procedeu-se, igualmente, à calendarização das visitas institucionais na sequência da recepção dos Relatórios de Auto Avaliação. A Comissão de Avaliação Externa estabeleceu também, previamente, os termos de referência específicos considerados relevantes para uma melhor apreciação dos vários aspectos contidos nos Relatórios de Auto-Avaliação. Analisados os

Relatórios de Auto-Avaliação, foram pedidos alguns esclarecimentos às instituições, nomeadamente de natureza financeira.

A este propósito cumpre dizer que, não obstante algumas instituições de ensino privado terem facultado elementos relativos ao orçamento e ao movimento de receitas e despesas, outros o não fizeram. A CAE foi esclarecida, entretanto, sobre o fundamento do não cumprimento deste ponto. Em reunião de 28 de Maio de 2002 realizada na Reitoria da Universidade de Lisboa, em deliberação que ultrapassa as competências da CAE de CP/RI fora decidido não serem fornecidos às CAE os Orçamentos Globais das Universidades Privadas, considerando-se também que o custo por aluno em cada Curso seria meramente facultativo.

Antes das visitas realizaram-se reuniões das subcomissões para apreciar os Relatórios de Auto-Avaliação, tendo em conta as disposições do *Guião de Avaliação Externa*, e os *Campos de Apreciação* entretanto estabelecidos para se proceder à atribuição dos *Níveis de Classificação*. Foram então designados os Relatores, considerados os aspectos mais relevantes a esclarecer durante a visita e fixado definitivamente o respectivo calendário, que foi enviado à Universidade.

Não obstante a exiguidade de tempo que o actual processo de avaliação impõe, as visitas institucionais realizaram-se nas datas previstas cumprindo realçar, de novo, o espírito de colaboração institucional das Universidades visitadas.

Na sequência das visitas institucionais, as subcomissões elaboraram os respectivos relatórios dos Cursos e atribuíram classificações que foram objecto de apreciação global em reunião formal plenária da Comissão de Avaliação Externa de CP/RI.

Os Relatórios dos Cursos, acompanhados das respectivas classificações, foram enviados às Universidades para que estas se pronunciassem no âmbito do processo de alegação contraditória prevista nos termos regulamentares.

Na sequência deste processo os Presidentes das subcomissões pronunciaram-se em reunião com o Presidente da CAE do que seria atendível relativamente ao processo contraditório efectuado. Cumpre aqui referir que as respostas das instituições são fundamentais para a apreciação global e para a prossecução de uma cultura de avaliação. Neste sentido, embora se entenda não responder às alegações recebidas, atendendo mesmo à exiguidade dos prazos estabelecidos para a finalização do processo, procedeu-se, no entanto, a alguns ajustamentos no que diz respeito às classificações.

Para efeito do Relatório Síntese Global que agora se apresenta reuniu-se formalmente a Comissão de Avaliação Externa, de modo a estabelecer uma visão de conjunto em que se

evidenciam as questões fundamentais com que fomos confrontados no processo avaliativo, se produzem considerações de sentido meta-avaliativo e se propõe recomendações genéricas.

4. Estrutura dos Cursos e programas de ensino

Os Cursos são de tipo banda-larga e genericamente estão dotados de especializações como se pode ver pelo quadro anexo que informa, também, sobre a data da sua criação.

	Universidade	Curso	Ano de criação	Variantes/ ramos/ áreas de especialização
1.	Minho	Relações Internacionais	1975 (sucessivas reestruturações – última em 2002)	- Relações Internacionais – Políticas e Culturais - Relações Internacionais – Políticas e Económicas
2.	Independente	Relações Internacionais	1995	- Estudos Europeus - Cooperação
3.	Nova	Ciência Política e Relações Internacionais	1996/97	- Ciência Política - Relações Internacionais
4.	Lusíada (Lisboa)	Ciência Política	1995/96	- Política Comparada - Administração Pública
5.	Lusíada (Lisboa)	Relações Internacionais	1988	- ramo de político-económicas - ramo de cooperação e desenvolvimento
6.	ISCSP	Relações Internacionais	1982	- Relações Políticas e Culturais - Relações Políticas e Económicas - Estratégia Internacional da Empresa - Política Internacional e Áreas Culturais - Sociedade e Economia da África e da Ásia - Sociedade e Economia da América Latina
7.	ISCSP	Ciência Política	1998	- Gestão da Decisão Política - Sociologia dos Movimentos de Opinião - Política Internacional com relevância Interna

8.	Lusófona	Ciência Política	1991	- Teoria e Metodologia da Ciência Política - Estado e Administração Pública - Opinião Pública e Ciências Eleitorais - Relações Internacionais
9.	Coimbra	Relações Internacionais	1994 (revisão do plano de estudos em 2000/01)	- Asilo e Refugiados no Sistema Internacional - Dimensões Internacionais da Actividade Empresarial - Relações Externas da União Europeia
10.	Autónoma	Relações Internacionais	1990 (?)	- seminário de questões estratégicas - seminário de problemas económicos internacionais - seminário de Portugal e o Mundo Contemporâneo
11.	Fernando Pessoa	Relações Internacionais	1997	-----
12.	Moderna	Estudos Europeus	1991	-----
13.	Internacional	Ciência Política	1993	-----
14.	Lusíada (Porto)	Relações Internacionais	No Porto desde 1991	- ramo de político-económicas - ramo de cooperação e desenvolvimento

Como se pode verificar, os Cursos de Ciência Política relativamente aos de Relações Internacionais são muito recentes. Essa circunstância dificulta a avaliação, a que acresce a ainda pouca sensibilidade de mercado para esta área de formação imprescindível para a formação de quadros a nível nacional e internacional.

A Ciência Política está presente na Universidade Portuguesa em três formatos, nas licenciaturas em Administração Pública, nas licenciaturas em Relações Internacionais e nas licenciaturas em Ciência Política.

As licenciaturas em Ciência Política são as mais recentes e reflectem manifestamente o desejo de aprofundar o estudo do fenómeno político, para além da administração do Estado e das relações entre Estados e entre as entidades que procuram influenciar a actuação internacional dos Estados, na sua essência de complexo de processos relacionados com o poder, as bases do poder, o acesso ao poder, o uso do poder, o confronto de interesses em torno do poder.

Nos Cursos existentes há, em comum, uma ênfase no estudo das ideias políticas e nas diferentes correntes de pensamento que inspiram as ideologias que governam a acção política, uma atenção à importância de seguir as tendências da opinião pública e os sinais sugeridos pelos resultados das eleições e pelos fenómenos sociais que afectam a formação da opinião pública.

Todos os Cursos a funcionar no ano objecto se desdobram nos anos terminais em ramos.

Um deles prevê no quarto ano, na última reforma, ainda não plenamente em vigor no ano objecto, a opção por “Teoria e Metodologia da Ciência Política”, “Estado e Administração Pública”, “Opinião Pública e Ciências Eleitorais” e “Relações Internacionais”. No ano objecto as opções em vigor eram “Relações Internacionais”, “Opinião Pública e Ciências Eleitorais” e ainda “Instituições Políticas e Administração Pública”, embora nesse ano apenas se tenha conseguido pôr em prática esta última.

Um segundo desdobra-se no terceiro e quarto anos em dois ramos “Política Comparada” e “Administração Pública”.

Um terceiro concentra-se mais directamente na essência do processo do poder oferecendo aos estudantes, para além da formação de base, conjuntos de disciplinas de opção organizadas em torno de três grandes temas “Gestão da Decisão Política”, “Sociologia dos Movimentos de Opinião” e “Política Internacional com Relevância Interna”.

O facto de os Cursos de Ciência Política serem recentes e mal conhecidas do mercado as aptidões profissionais com que saem os respectivos licenciados tem dificultado a empregabilidade.

A matéria que forma o eixo dos Cursos é, no entanto, de grande relevância para a sociedade portuguesa e para o entendimento da estrutura e conjuntura do poder que nela vigora.

Pode, por isso, prever-se com segurança que não tardará muito até que os eventuais empregadores se apercebam da mais valia que os licenciados em Ciência Política podem acrescentar aos serviços em que sejam integrados.

O ensino desta matéria merece continuar a ser incentivado nesta fase da sua curva de crescimento, até que ganhe a autonomia necessária para voar pelas suas próprias forças.

Os aspectos mais relevantes a considerar na avaliação a que procedemos prendem-se com algumas opções sobre as quais importa reflectir, como acontece com a presença ou não das línguas na estrutura curricular dos Cursos, com o problema da eventual predominância da formação teórica relativamente à formação prática, com a sobreposição de matérias

leccionadas, com a necessidade de intensificação de *case studies* e de prática de simulação e de um modo estruturante, com a necessidade de uma auto-avaliação metodológica, de sentido amplo e paradigmático. Relativamente a este ponto, que curso e que filosofia subjacente à formação em Ciência Política, em Relações Internacionais e Ciência Política/Relações Internacionais?

O sentido crítico deve prevalecer sempre sobre opções muitas vezes de sentido axiomático, de preferência desta ou daquela “escola”.

Quanto às línguas, nem todos os cursos as contemplam na sua estrutura curricular. Poderá justificar-se que tal decisão decorre de condições exigíveis à partida para a aprendizagem das matérias em que, sobretudo, o inglês é imprescindível para consulta da bibliografia disponibilizada. O que importa, todavia, acentuar é que os responsáveis directos pela gestão da qualidade têm que estar atentos ao problema das línguas nos casos em que não há oferta curricular destas.

Já a questão *teórico* versus *prático* exige um outro tipo de atenção. Quer nos Relatórios de Auto Avaliação, quer nas visitas institucionais é por parte dos alunos que surge mais queixas relativamente ao peso teórico da docência.

Ora, depois de auscultada a comunidade académica, o que nos parece sobre esta matéria é que, se por um lado é absolutamente indispensável uma boa formação teórica, impõe-se o recurso permanente ao estudo de casos quando tal se justifique e com o apoio de novas tecnologias. O que talvez falte às instituições é, antes de mais, definir o âmbito teórico e prático no seio da comunidade académica da área em apreço. Verificamos que os antigos alunos não são tão sensíveis a um eventual excesso de formação teórica mas, pelo contrário, muitos valorizam a formação teórica que lhes foi disponibilizada. Outro problema será não tanto o excesso teórico mas o alheamento da realidade e dos objectivos de formação em algumas opções curriculares. Nesse aspecto, os Cursos têm que se auto avaliar melhor sobre o estado da arte, sobre a especificidade científica consensualizada e sobre os métodos e processos pedagógicos a actualizar permanentemente.

Os Cursos avaliados, com forte carga pluridisciplinar, podem também induzir eventuais sobreposições que é necessário obviar. No entanto, há que distinguir entre a nítida repetição e sobreposição de matérias e a aceitável coincidência de conteúdos quando apresentados segundo perspectivas diferenciadas.

Importará, finalmente, reiterar a necessidade expressa, ao longo dos Relatórios de Avaliação Externa, de dar a devida atenção a algumas matérias que primam pela ausência.

Aparece, por exemplo, muito frágil a formação de base económica, sobretudo macroeconómica, e nalguns Cursos os métodos quantitativos devem ser generalizadamente incorporados nas estruturas curriculares.

A Teoria e Prática da Negociação deve ser introduzida como disciplina autónoma e não necessariamente complementar da Teoria e Prática Diplomática, atendendo à necessidade crescente de resposta às realidades da negociação de âmbito económico e comercial.

A Geografia, na maioria dos casos, está incompreensivelmente ausente, o que acontece também com o Pensamento Político Português e a Filosofia Política.

5. Cursos anteriormente avaliados.

Na avaliação efectuada, os Cursos de Relações Internacionais da Universidade do Minho e da Universidade Técnica de Lisboa/ISCSP foram objecto de aferição relativamente a anteriores avaliações.

A Universidade do Minho tomou em conta recomendações que se repercutiram na própria estrutura de base do Curso de Relações Internacionais, como se poderá comprovar no Relatório que elaborámos para aquela instituição. Ainda não concretizada totalmente, pode comprovar-se que os resultados da reestruturação são, até agora, muito positivos.

O Instituto Superior de Ciências Social e Políticas tomou igualmente em conta as recomendações da anterior Comissão de Avaliação na criação da disciplina de História do Século XX e na reestruturação a que procedeu das secções de formação complementar.

6. Processo de Bolonha

Constituiu termo de referência para as visitas institucionais auscultar as instituições sobre a maior ou menor sensibilidade e medidas já tomadas quanto ao processo de harmonização do ensino superior a nível europeu.

Num dos casos, a Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa, pela introdução do regime *maior/minor*, já vigente na altura da visita institucional mas ainda não introduzido na altura do ano objecto sobre o qual se elaborou o Relatório de Auto-Avaliação, corresponde a uma estrutura adequada ao que se antevê a nível europeu.

Globalmente, poderá dizer-se que existe interesse e mesmo medidas já tomadas para responder ao desafio de harmonização do sistema europeu mas também existe ainda muita falta de informação.

O que não restam dúvidas é que aos Cursos se impõe, nesta matéria, uma atenção urgente e coerente nas reestruturações a empreender com especial ênfase no que respeita ao European Credit Transfer System(ECTS) e à semestralidade, como requisitos básicos de competitividade.

7. Sucesso na aprendizagem.

Embora globalmente exista uma relativa equivalência quanto ao tempo necessário para a conclusão do Curso, verifica-se que a taxa de retenção não tem melhorado. Remetemos para os Relatórios uma consideração mais detalhada sobre a matéria, embora nos pareça que urge encontrar resposta para o problema. De igual modo, a expectativa baixa relativamente a saídas profissionais dos Cursos de Ciência Política tem levado a transferência de alunos para outros Cursos, o que se revela grave na medida em que a área ainda nem está sequer suficientemente implantada

8. Meios humanos: docentes e não docentes

Os meios humanos docentes têm que ser considerados de modo diferenciado no ensino público e privado.

Enquanto nos primeiros estamos perante um enquadramento definido e activo de carreira, o mesmo não se verifica no ensino privado. O próprio tipo de contrato e condição laboral é diferente com repercussões na progressão da carreira.

O que nos importa recomendar, pela situação verificada, é que se devem instituir programas estruturados de doutoramento e de apoio pós-doutoramento de modo a qualificar e, em muitos casos, renovar o actual corpo docente.

Importa salientar, ainda, que um número já significativo de docentes de Ciência Política e de Relações Internacionais tem obtido os seus graus académicos em instituições de ensino superior estrangeiras de elevado prestígio.

A identidade e credibilidade do ensino da Ciência Política e das Relações Internacionais passa pelo reforço de medidas articuladas de formação pós-graduada aliadas a uma forte componente de investigação organizada a que nos referiremos mais à frente.

Das visitas institucionais pareceu-nos que a quantidade e qualidade do pessoal não docente se poderiam considerar genericamente satisfatórias embora se justifique uma permanente actualização.

9. Infra-estruturas

É muito diversificada a qualidade e quantidade das instalações que vão do *Excelente* ao manifestamente *Insuficiente*, níveis que estão longe de ter correspondência directa com a qualidade do ensino ministrado. Mas é óbvio, em todo o caso, que o sucesso pedagógico e o bom ambiente académico depende muito da boa qualidade das infra-estruturas físicas e, também de espaços para a manutenção física, o desporto e o lazer.

Urge, sobretudo no que respeita a situações de insuficiência, resolver de modo adequado as carências mais gritantes antes de próxima avaliação.

Quando se fala em Infra-estruturas importa destacar o problema específico das Bibliotecas e Mediatecas. Também aqui estamos perante situações diferenciadas. Há cursos públicos e privados com boas bibliotecas e mediatecas e outros que deverão melhorar a situação, como se poderá ver nos diversos Relatórios. Casos flagrantes de necessidade urgente de dotação de meios para o efeito são, desde já, as universidades Lusófona, Independente, Moderna e Internacional.

Em muitos casos, os principais reparos vão para a insuficiência de assinatura de revistas de referência.

10. Gestão de qualidade.

É diferenciada a situação de uma adequada gestão a nível dos vários Cursos. O tipo de gestão reflecte a própria organização de escola. Parece, no entanto, recomendável não só uma coordenação de Curso eficaz e com capacidade de iniciativa, dentro das disposições estatutárias, com acrescida intervenção dos Conselhos ou Comissões Pedagógicas na gestão e na auto-avaliação permanente.

11. Investigação e Ensino

Não existiam praticamente unidades de investigação dedicadas a Ciência Política e a Relações Internacionais na altura em que iniciámos o processo da actual avaliação de Cursos. Embora não caiba a esta comissão uma avaliação da investigação produzida nas Universidades, constitui preocupação sua aferir da projecção de estruturas de investigação na docência. Constatamos que não obstante o esforço, em parte conseguido, a articulação e projecção da investigação a nível institucional é baixa. Deve, no entanto, levar-se em linha de conta a importância de cursos de mestrado e de pós-graduações que podem contribuir para mobilizar a investigação com reflexos na licenciatura ou potencializadores desta.

Sobre esta matéria, é certo que se espera a manutenção e reforço do apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia a projectos de investigação na área de Ciências Sociais. Alguns projectos e propostas de criação de unidades de investigação referidos no relatório pertencem a uma época recente em que se verificavam expectativas elevadas, atendendo ao apoio decisivo, então efectuado, na área de ciências sociais e humanas

12. Relações Externas e internacionalização

O índice de relacionamento dos Cursos com instituições públicas e privadas é muito diversificado. O tipo de avaliação que temos não nos permite uma análise mais fina da natureza e impacto desse relacionamento nem da sua importância em termos de empregabilidade. Em todo o caso, algumas reuniões com responsáveis por instituições públicas e privadas permitiram-nos constatar que é um campo em que importa manter e

reforçar o relacionamento, se possível no âmbito de uma participação consultiva na escola por parte das empresas e instituições públicas.

Quanto à internacionalização, ela pode ser essencialmente medida pela utilização do *Programa Socrates/Erasmus*. A mobilidade estudantil, sobretudo de saída de estudantes portugueses para universidades estrangeiras, não é elevada salvo pequenas excepções que poderão ser comprovadas nos relatórios de Curso.

À CAE não escapa, sobre esta matéria, uma realidade pouco favorável que se prende com a diminuição crescente dos quantitativos de bolsas. O apoio financeiro das famílias ou do próprio aluno para usufruir de um curso semestral no estrangeiro é cada vez maior, o que deve levar a pensar as instâncias nacionais e comunitárias sobre uma política adequada neste domínio se efectivamente se quer reforçar a mobilidade docente e discente a nível comunitário.

A internacionalização docente é igualmente baixa, o que nas áreas em apreço não é um bom indicador. Também aqui se deverá pensar em procurar assegurar melhores condições de apoio à investigação e melhores condições de financiamento dentro do próprio Programa Socrates/Erasmus, intensificando a mobilidade docente no espaço universitário europeu, a que as instituições devem corresponder com capacidade credível de resposta e de estratégia.

13. Estágio

Constituindo matéria pacífica no que respeita à sua necessidade, é diferente o grau de envolvimento dos Cursos no apoio que dão aos estágios dos alunos. Há Cursos que consideram o estágio obrigatório e integrado na estrutura curricular e outros que não o contemplam deste modo, embora apoiem os alunos que, por sua iniciativa, o procuram.

Foram também referidos, por parte dos alunos, nalguns casos, falta de apoio institucional, mesmo quando se exige a realização do estágio para obter a licenciatura.

Esta Comissão de Avaliação Externa não pode deixar de recomendar que os responsáveis institucionais acompanhem com muito cuidado o problema dos estágios considerando-o como essencial para a licenciatura. Na medida do possível, deveriam ser criadas estruturas próprias de efectivo apoio a estágios em Ciência Política e Relações Internacionais, inscrevam-se eles na estrutura curricular ou não.

14. Empregabilidade

Globalmente, a colocação dos licenciados de Ciência Política e de Relações Internacionais não é fácil, apesar do esforço e estruturas de apoio por parte dos responsáveis institucionais.

A continuação de uma significativa procura das Licenciaturas nas Universidades e ainda nalgumas privadas permitem-nos concluir, todavia, que se mantém expectativas razoáveis de empregabilidade, o que pode ser comprovado pelos Relatórios de Curso.

A este respeito, as instituições têm também que continuar a investir mais em imagem e em marketing.

CLASSIFICAÇÕES FINAIS

(resultantes do procedimento do contraditório)

UNIVERSIDADE NOVA

Curso de Ciência Política e Relações Internacionais

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação*</i>
1.	Organização Institucional	C
2.	Objectivos do Curso	B
3.	Plano de estudos	B
4.	Conteúdos Programáticos	C
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	B
6.	Processo Pedagógico	D
7.	Corpo Docente	B
8.	Pessoal não Docente	D
9.	Instalações e Equipamentos	E
10.	Recursos Financeiros	--
11.	Relações Externas e Internacionalização	B
12.	Ambiente Académico	B
13.	Gestão da Qualidade	C
14.	Empregabilidade	C

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente

UNIVERSIDADE DE COIMBRA Licenciatura em Relações Internacionais
--

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação*</i>
1.	Organização Institucional	C
2.	Objectivos do Curso	C
3.	Plano de estudos	C
4.	Conteúdos Programáticos	C
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	B
6.	Processo Pedagógico	C
7.	Corpo Docente	B
8.	Pessoal não Docente	C
9.	Instalações e Equipamentos	C
10.	Recursos Financeiros	D
11.	Relações Externas e Internacionalização	B
12.	Ambiente Académico	B
13.	Gestão da Qualidade	B
14.	Empregabilidade	D

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS Licenciatura em Relações Internacionais

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação*</i>
1.	Organização Institucional	C
2.	Objectivos do Curso	B
3.	Plano de estudos	B
4.	Conteúdos Programáticos	B
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	C
6.	Processo Pedagógico	C
7.	Corpo Docente	B
8.	Pessoal não Docente	C
9.	Instalações e Equipamentos	A
10.	Recursos Financeiros	D
11.	Relações Externas e Internacionalização	B
12.	Ambiente Académico	B
13.	Gestão da Qualidade	C
14.	Empregabilidade	B

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS Licenciatura em Ciência Política
--

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação*</i>
1.	Organização Institucional	C
2.	Objectivos do Curso	B
3.	Plano de estudos	B
4.	Conteúdos Programáticos	B
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	C
6.	Processo Pedagógico	D
7.	Corpo Docente	C
8.	Pessoal não Docente	C
9.	Instalações e Equipamentos	A
10.	Recursos Financeiros	D
11.	Relações Externas e Internacionalização	D
12.	Ambiente Académico	B
13.	Gestão da Qualidade	C
14.	Empregabilidade	D

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

- A – Excelente
- B – Muito Bom
- C – Bom
- D – Suficiente
- E - Insuficiente

UNIVERSIDADE DO MINHOLicenciatura em **Relações Internacionais**

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação*</i>
1.	Organização Institucional	C
2.	Objectivos do Curso	B
3.	Plano de estudos	B
4.	Conteúdos Programáticos	B
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	C
6.	Processo Pedagógico	C
7.	Corpo Docente	B
8.	Pessoal não Docente	C
9.	Instalações e Equipamentos	A
10.	Recursos Financeiros	D
11.	Relações Externas e Internacionalização	B
12.	Ambiente Académico	B
13.	Gestão da Qualidade	C
14.	Empregabilidade	B

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOALicenciatura em **Ciência Política**

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação*</i>
1.	Organização Institucional	C
2.	Objectivos do Curso	B
3.	Plano de estudos	C
4.	Conteúdos Programáticos	C
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	E
6.	Processo Pedagógico	C
7.	Corpo Docente	C
8.	Pessoal não Docente	C
9.	Instalações e Equipamentos	C
10.	Recursos Financeiros	D
11.	Relações Externas e Internacionalização	D
12.	Ambiente Académico	C
13.	Gestão da Qualidade	C
14.	Empregabilidade	E

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOALicenciatura em **Relações Internacionais**

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação*</i>
1.	Organização Institucional	C
2.	Objectivos do Curso	B
3.	Plano de estudos	C
4.	Conteúdos Programáticos	C
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	D
6.	Processo Pedagógico	C
7.	Corpo Docente	C
8.	Pessoal não Docente	C
9.	Instalações e Equipamentos	C
10.	Recursos Financeiros	E
11.	Relações Externas e Internacionalização	D
12.	Ambiente Académico	C
13.	Gestão da Qualidade	C
14.	Empregabilidade	C

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente

UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTOLicenciatura em **Relações Internacionais**

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação*</i>
1.	Organização Institucional	C
2.	Objectivos do Curso	C
3.	Plano de estudos	C
4.	Conteúdos Programáticos	C
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	C
6.	Processo Pedagógico	D
7.	Corpo Docente	C
8.	Pessoal não Docente	D
9.	Instalações e Equipamentos	B
10.	Recursos Financeiros	--
11.	Relações Externas e Internacionalização	E
12.	Ambiente Académico	C
13.	Gestão da Qualidade	C
14.	Empregabilidade	D

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente

UNIVERSIDADE LUSÓFONA**Licenciatura em Ciência Política**

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação</i>
1.	Organização Institucional	D
2.	Objectivos do Curso	D
3.	Plano de estudos	D
4.	Conteúdos Programáticos	C
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	D
6.	Processo Pedagógico	D
7.	Corpo Docente	C
8.	Pessoal não Docente	D
9.	Instalações e Equipamentos	D E (biblioteca)
10.	Recursos Financeiros	--
11.	Relações Externas e Internacionalização	--
12.	Ambiente Académico	D
13.	Gestão da Qualidade	D
14.	Empregabilidade	E

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente

UNIVERSIDADE AUTÓNOMALicenciatura em **Relações Internacionais**

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação</i>
1.	Organização Institucional	C
2.	Objectivos do Curso	C
3.	Plano de estudos	C
4.	Conteúdos Programáticos	C
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	D
6.	Processo Pedagógico	C
7.	Corpo Docente	C
8.	Pessoal não Docente	C
9.	Instalações e Equipamentos	C
10.	Recursos Financeiros	--
11.	Relações Externas e Internacionalização	C
12.	Ambiente Académico	C
13.	Gestão da Qualidade	--
14.	Empregabilidade	D

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente

UNIVERSIDADE INDEPENDENTE

Licenciatura em **Relações Internacionais**

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação*</i>
1.	Organização Institucional	C
2.	Objectivos do Curso	C
3.	Plano de estudos	D
4.	Conteúdos Programáticos	C
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	D
6.	Processo Pedagógico	D
7.	Corpo Docente	C
8.	Pessoal não Docente	D
9.	Instalações e Equipamentos	D E (biblioteca)
10.	Recursos Financeiros	---
11.	Relações Externas e Internacionalização	D
12.	Ambiente Académico	D
13.	Gestão da Qualidade	---
14.	Empregabilidade	E

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente

UNIVERSIDADE INTERNACIONAL**Licenciatura em Ciência Política**

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação</i>
1.	Organização Institucional	--
2.	Objectivos do Curso	--
3.	Plano de estudos	--
4.	Conteúdos Programáticos	--
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	--
6.	Processo Pedagógico	--
7.	Corpo Docente	--
8.	Pessoal não Docente	--
9.	Instalações e Equipamentos	--
10.	Recursos Financeiros	--
11.	Relações Externas e Internacionalização	--
12.	Ambiente Académico	--
13.	Gestão da Qualidade	--
14.	Empregabilidade	--

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOALicenciatura em **Relações Internacionais**

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação</i>
1.	Organização Institucional	--
2.	Objectivos do Curso	--
3.	Plano de estudos	--
4.	Conteúdos Programáticos	--
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	--
6.	Processo Pedagógico	--
7.	Corpo Docente	--
8.	Pessoal não Docente	--
9.	Instalações e Equipamentos	--
10.	Recursos Financeiros	--
11.	Relações Externas e Internacionalização	--
12.	Ambiente Académico	--
13.	Gestão da Qualidade	--
14.	Empregabilidade	--

UNIVERSIDADE MODERNALicenciatura em **Estudos Europeus**

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação</i>
1.	Organização Institucional	--
2.	Objectivos do Curso	--
3.	Plano de estudos	--
4.	Conteúdos Programáticos	--
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	--
6.	Processo Pedagógico	--
7.	Corpo Docente	--
8.	Pessoal não Docente	--
9.	Instalações e Equipamentos	--
10.	Recursos Financeiros	--
11.	Relações Externas e Internacionalização	--
12.	Ambiente Académico	--
13.	Gestão da Qualidade	--
14.	Empregabilidade	--